

PAISAGEM E PATRIMÔNIO CULTURAL: Oswaldo de Souza, os fluxos de memória e o marco de touros no litoral potiguar na década de 1960

Gideão Pedro Galvão¹¹³

RESUMO:

A presente pesquisa está em desenvolvimento no Programa de Pós Graduação em História e Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no qual investigo a política patrimonial estabelecida na gestão de Oswaldo de Souza à frente da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Norte (DPHAN-RN), nos anos 1960. Nesta comunicação, em particular, irei analisar um aspecto dessa política de patrimônio, a partir da atuação de Oswaldo de Souza em relação ao Marco de Touros, que ganhou notoriedade entre as ações promovidas por esse agente. Tombar, proteger e preservar não foi considerado suficiente, optou-se por remover esse monumento colonial para o Forte do Reis Magos, em Natal, para que, pretensamente, recebesse uma preservação eficaz. Essa medida, realizada em 1962, desagradou a população de Touros e causou momentos de conflitos entre os servidores patrimoniais e a população local. Essa tensão somente foi resolvida 9 anos depois, quando da fabricação de uma réplica do monumento para ficar na praia do Marco, em Touros. Isso põe em debate os usos e sentidos da memória para os agentes da DPHAN e para a população que se relaciona com o bem patrimonial. Vamos analisar essa questão a partir dos conceitos de “paisagem e fluxos de memória”, propostos por Simon Schama, em *Paisagem e Memória* (1995). Nesse livro, o autor discute a existência de monumentos que possuem uma origem voltada para determinados fins, porém, por sua resistência ao tempo, pelos usos e sentidos atribuídos e, em muitos casos, desconhecimento das representações desses bens materiais, eles ganham projeções diferentes das que inicialmente possuíam. Metodologicamente, analisamos o relatório que Oswaldo de Souza enviou ao DPHAN; e duas entrevistas concedidas por Souza, nas quais o conflituoso caso é abordado: a primeira concedida ao jornal *Poti*, em 01 de setembro

¹¹³ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História e Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH/UFRN). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História Regional e Saberes Locais (UFCEG/CNPq). https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu. E-mail: gideaopedro@gmail.com

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

de 1968; e a outra ao programa da TV Universitária *Memória Viva*, no ano de 1983, posteriormente publicada em livro, no ano de 1998.

PALAVRAS-CHAVE: Oswaldo de Souza; Marco de Touros; Patrimônio; Fluxos de Memória.

LANDSCAPE AND CULTURAL HERITAGE: Oswaldo De Souza, The Flows Of Memory And The Marco De Touros On The Potiguar Coast In The 1960s

ABSTRACT:

This research is being developed in the Postgraduate Program in History and Spaces at the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN), in which I investigate the heritage policy established during the administration of Oswaldo de Souza at the head of the Directorate of National Historical and Artistic Heritage in Rio Grande do Norte (DPHAN-RN), in the 1960s. In this communication, in particular, I will analyze one aspect of this heritage policy, based on the actions of Oswaldo de Souza in relation to Marco de Touros, which gained notoriety among actions promoted by this agent. Listing, protecting and preserving was not considered sufficient, it was decided to remove this colonial monument to the Forte do Reis Magos, in Natal, so that, allegedly, it would receive effective preservation. This measure, carried out in 1962, displeased the population of Touros and caused moments of conflict between property servants and the local population. This tension was only resolved 9 years later, when a replica of the monument was manufactured to be located on Marco beach, in Touros. This brings into debate the uses and meanings of memory for DPHAN agents and for the population that relates to the heritage asset. We will analyze this issue based on the concepts of “landscape and memory flows”, proposed by Simon Schama, in *Paisagem e Memória* (1995). In this book, the author discusses the existence of monuments that have an origin aimed at certain purposes, however, due to their resistance to time, the uses and meanings attributed and, in many cases, lack of knowledge of the representations of these material assets, they gain different projections from those that they initially had. Methodologically, we analyzed the report that Oswaldo de Souza sent to DPHAN; and two interviews given by Souza, in which the conflicting case is discussed: the first given to the newspaper *Poti*, on September 1, 1968; and the other to the University TV program *Memória Viva*, in 1983, later published in a book, in 1998.

KEYWORDS: Oswaldo de Souza; Marco de Touros; Heritage; Memory Streams.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Paisagem e patrimônio¹¹⁴ cultural: Oswaldo de Souza, os fluxos de memória e o marco de touros no litoral potiguar na década de 1960.

A presente pesquisa está em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História e Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no qual investigo a política patrimonial estabelecida na gestão de Oswaldo de Souza à frente da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Norte (DPHAN-RN), nos anos 1960. Nesta comunicação, em particular, irei analisar um aspecto dessa política de patrimônio, a partir da atuação de Oswaldo de Souza em relação ao Marco de Touros, que ganhou notoriedade entre as ações promovidas por esse agente. Ademais, encontramos no conceito fluxos de memória do autor Simon Schama¹¹⁵ (1996), um ponto de inquietação consistente para dialogar com um ponto específico de nossa investigação ainda em andamento. Trata-se do ocorrido no processo de tombamento do Marco de Touros/RN e as dificuldades para remover o monumento para o Forte dos Reis Magos durante a gestão de Oswaldo de Souza à frente do DPHAN¹¹⁶/RN.

Acreditamos que o conceito do autor citado contribui para análise desse recorte porque sua discussão teórica dialoga com aspectos visíveis na situação que vamos trabalhar. Estão presentes no espaço em análise questões que envolvem crenças religiosas, monumentos que resistem ao tempo e alcançam novos indivíduos que lhes atribuem projeções diferentes da sua origem e se tornam representação diferente da inicial. Simon Schama analisa em *Paisagem e Memória* (1996) ocorrência e situações dessa natureza em lugares diferentes do planeta citando exemplos, isso que

¹¹⁴ Marcia Chuva e Cecília Londres são autoras que produziram uma historiografia importante sobre o patrimônio no Brasil. Essas produções nos ajudam entender as questões Patrimoniais. As obras das autoras que fizemos leitura estão na parte das referências.

¹¹⁵ Simon Michael Schama, é um acadêmico e escritor britânico, professor de História e História da Arte na Universidade de Columbia. Entre suas obras mais famosas estão *Landscape and Memory*, *Dead Certainties*, *Rembrandt's Eyes*, além de sua história da Revolução Francesa, *Citizens*.

¹¹⁶ O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi oficialmente instituído por lei em 1937, tendo passado por diferentes organizações e denominações até ser transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1970. Entre 1946 e 1969, foi denominado de Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN).

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

é uma didática peculiar na sua escrita. Portanto, entender o que é fluxos de memória para Simon Schama é uma demanda inicialmente necessária.

Simon Schama e os fluxos de memória

Simon Schama pensa o espaço a partir da categoria paisagem¹¹⁷, isso torna sua obra uma leitura necessária para os discentes que entram no Programa de Pós-Graduação em História e Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Todavia, a compreensão do que é paisagem é encontrada no trabalho supracitado do autor Simon Schama. E podemos entender como:

E, se a visão que uma criança tem da natureza já pode comportar lembranças, mitos e significados complexos, muito mais elaborada é a moldura através da qual nossos olhos adultos contemplam a paisagem. Pois, conquanto, estejamos habituados a situar a natureza e a percepção humana em dois campos distintos, na verdade elas são inseparáveis. Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas. (Schama, 1996, p. 16-17)

Paisagem é esta resposta complexa, composta por uma mistura de vários sedimentos, envolvendo memória, mito, lenda, crença. Não existe a real preocupação se é verdade ou mentira. A paisagem apenas está para ser compreendida e tornar conhecido que no subsolo das narrativas existem camadas de memórias produzidas ao longo dos tempos e sendo praticadas pelos indivíduos que estão naquele lugar. Essa é causa de estranheza quando ocorre o encontro de pessoas ou grupos que vivem realidades diferentes ou até opostas. Todo um conjunto de paisagens construídas através dos anos por grupos diferentes e olhando o mesmo ponto, o mesmo objeto, o resultado disso é inevitavelmente o confronto de concepções.

Todavia, a paisagem é a ideia macro proposta por Simon Schama. Na sua obra *Paisagem e Memória* (1996), encontramos pontos que compõem ou podem

¹¹⁷ É importante descrever que a nossa ênfase está no conceito de fluxo de memória e não em paisagem. Porém, para chegar no primeiro é necessário passar pelo segundo. Portanto, fluxo de memória é o conceito teórico mobilizado com destaque nesse texto.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

compor essa paisagem e estão divididos em 4 partes denominadas: Mata, água, rocha e mata, água, rocha. A segunda parte (água) é a que nos interessa porque nela o autor discute o conceito de fluxos de memória. Esse conceito acreditamos que está inserido no recorte de nossa pesquisa por se tratar de objetos que ao longo do tempo vão ganhando novos significados quando são encontrados e também representados pelos sujeitos que o vão vivenciando.

Schama, nesse ponto de sua obra entende a memória como o fluxo de um rio que possui uma nascente e vai percorrendo e podendo chegar ao mar. Por isso, nesse primeiro momento da segunda parte o autor pensa a partir de diferentes rios que são mencionados: Rio Nilo, Sena, Tâmesa, são alguns que estão presentes e são objetos de análise do autor. Entretanto, quando ele inicia a discussão sobre objetos e discorre que estes possuem uma origem que pode ao longo do tempo ganhar novas definições, sendo essas diferentes das inicialmente propostas, é que temos o ganho para nossa investigação. Isso decorre porque sua explicação para a memória desses bens materiais é como o fluxo de memória, semelhante aos fluxos dos rios que vão percorrendo, fazendo curvas e possuindo correntezas. E principalmente, às vezes não conhecemos a origem e o fim desses flumes.

O obelisco foi o objeto de análise que Simon Schama utilizou para discorrer seus argumentos sobre os fluxos de memória, agora, ligados às questões de crença. A abordagem do autor é sofisticada ao buscar não dar respostas fáceis, porém sua intenção é discutir que as camadas de memória oriundas dos fluxos são quase sempre a razão de se entender determinados comportamentos de veneração atribuídos a objetos, como é o caso do nosso recorte da pesquisa. Se ficasse resumido a isso seria normal porque em muitas crenças existem muitos objetos que exercem essa função, porém, Schama está interessado em compreender como um bem material de uma cultura, criado para fins religiosos pode se tornar, com o passar do tempo, objeto de veneração de um outro povo, com outra cultura e

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

principalmente, construir adaptações como se o tal objeto fosse criação sua. É com essa inquietação que Schama traz a discussão o Obelisco:

No exato lugar de onde se tirava a água para os batismos [judaico] plantou-se um obelisco de madeira encimado por uma cruz. O que, no entanto, parecia um ritual que proclamava o advento de uma vida nova, na verdade, mantinha fortes ligações com a vida antiga. O obelisco era o tradicional emblema egípcio dos raios solares; e, ao ser encimado por uma cruz, Cristo, como o sol invictus, o vencedor da morte, tornou-se uma divindade estranhamente híbrida: água e luz, velho e novo, egípcio e judeu. (Schama, 1996, p. 269-270)

É possível perceber um ponto de encontro, uma aproximação improvável entre crenças tão diferentes. Com suas propostas religiosas estabelecidas e conhecidas. Porém, o porquê de usar objetos de credences tão distintas? Qual a justificativa para tão improvável aproximação? O autor responde na referência utilizada, “o que, no entanto, parecia um ritual que proclamava nova vida, na verdade, mantinha fortes ligações com a vida antiga” (Schama, 1996, p. 269). Ou seja, eram os fluxos de memórias sagradas e antigas que chegavam até aqueles dias e promoviam de alguma maneira a sua existência ainda firmes naquele espaço. Eram camadas de memórias que venciam o tempo e mesmo chegando num presente com outras formas de representação, elas se adaptavam e manifestavam sua presença.

O autor continua utilizando o obelisco para discorrer sobre os fluxos sagrados de memória, mas nesse momento no período da renascença italiana:

No século XVI, apenas um dos treze obeliscos conhecidos ainda se erguia na *spina* da Piazza San Pietro. E, como muitas das antiguidades egípcias que sobreviveram em Roma e em seus arredores, foi batizado, conforme a tradição cristã, com uma mistura de ignorância arqueológica e rica mitologia local. O obelisco do Vaticano, que Calígula retirara do Fórum Juliano, em Alexandria, onde Augusto o erigira, teria testemunhado o martírio de São Pedro. Representava, pois, uma perfeita conexão simbólica entre a antiguidade pagã e a posteridade cristã, entre as duas histórias de Roma. (Schama, 1996, p. 288).

O autor discute sobre o esforço da liderança da Igreja Católica Romana do período renascentista em trazer obeliscos para a Itália. Uma tarefa árdua, porém, repleta de simbologias. Missões detentoras de tempos diferentes e interpretações

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

diferentes: o obelisco, monumento Egípcio dotado por uma tradição antiga, agora revestido com uma roupagem de um povo com cultura diferente e atribuindo ao mesmo, novas concepções que não correspondem a suas origens. Isso são os fluxos de memória, não em saber simplesmente que o obelisco tem uma origem diferente do que é representado na Renascença Italiana, mas que representa algo intuitivo e que de alguma maneira pode unificar um povo, uma cidade ou mesmo, um pequeno grupo. Como explica Simon Schama, “são as ligações com a vida antiga” (1996 p. 269) que, sem esperar, saltam em nossa realidade diária a partir de alguns bens materiais cuja a origem, na maioria das vezes, é um mistério para nós.

Portanto, compreendendo o conceito teórico de fluxos de memória discutido por Simon Schama, podemos identificar uma curiosa ocorrência desse suporte teórico nas terras do Rio Grande do Norte no trabalho de inventariar o acervo Histórico e Artístico que Oswaldo de Souza realizou. Importante destacar que nossa análise possui um caráter de estudo de caso entre o conceito teórico trazido por Schama e um recorte de nossa investigação na dissertação de mestrado, sendo, dessa maneira, um momento propício a discussões teórico-metodológicas para trazer à reflexão um tema pouco analisado por nossa historiografia potiguar que foi o tombamento do Marco de Touros/RN e todo trabalho que o diretor patrimonial no estado travou para conduzir o Monumento Colonial para o Forte dos Reis Magos em Natal/RN.

Oswaldo de Souza¹¹⁸ e o marco de touros.

Inicialmente, é necessário saber o que é o Marco de Touros, para então compreender a importância que esse monumento tem para o Rio Grande do Norte. Esse Marco foi constituído de mármore de Lisboa em 1501 pelo Reino de Portugal e foi fincado para demarcar a terra que mais tarde se chamaria Brasil (Souza, 2019).

¹¹⁸ Oswaldo de Souza nasceu em Natal/RN (1904). Iniciou seus estudos em direito em Pernambuco, porém não finalizou. Concluiu o curso de música no Rio de Janeiro na década de 1930. A partir da década de 1940 iniciou trabalhos patrimoniais por alguns estados do Brasil. Na década de 1960 veio para o Rio Grande do Norte como representante do DPHAN/RN.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

É considerado um dos monumentos coloniais mais antigos do país. Portanto, Oswaldo de Souza em seu relatório concorda que esse monumento é um Marco de posse Português colocado no litoral potiguar para deixar ciente aos navegantes daquele período que esse território já possuía “dono”, uma metrópole colonizadora.

Ciente dessas informações históricas, em 1962 quando Oswaldo de Souza iniciou o mapeamento dos bens culturais do Rio Grande do Norte, logo buscou localizar o Marco. No seu relatório (2019), Souza descreve as dificuldades que enfrentou para chegar à praia do Cabo de São Roque onde estava o monumento. O autor descreve ainda que foi de veículo até o Município de Touros e lá foi necessário contratar uma pessoa do lugar para ser o guia da equipe. Eles seguiram viagem a pé.

Ao descermos a última duna, frente a um costão bonito e deserto, divisamos, a pequena distância, uma tasca capelinha. O guia informava termos chegado ao SANTO CRUZEIRO, nome dado, pelo povo, ao monumento quinhentista. Detrás de uma pequena elevação do terreno, aos fundos da ermida, estendia-se um descampado, alagadiço na época chuvosa, permanente foco de esquistossomose. Para o lado poente, avolumavam-se as dunas, numa paisagem saariano, terminando na base dos morros situados a uns cinco quilômetros da praia, em cujo topo estão os arraiais de Morros e Cauã. O forasteiro que passasse por aquelas praias, jamais poderia supor que, no interior daquela rústica ermida, estava o padrão de posse mais antigo em todo o território brasileiro. (SOUZA, 2019, P. 22)

Tombamento e conflito: Oswaldo de Souza e as crendices locais¹¹⁹

Superado esse momento de procurar o Marco, Oswaldo de Souza constata tratar-se realmente do monumento de posse imaginado. Ele, na entrevista ao programa Memória Viva [essa entrevista foi convertida em livro em 1998], descreve que o Marco presente no Rio Grande do Norte é idêntico a um presente no museu em São Paulo. Provavelmente, o fato de Souza ter trabalhado alguns anos no Estado paulista na condição de zelador patrimonial e estará presente no serviço de conservação de patrimônios já há quase 20 anos, deram respaldo para que ele tivesse

¹¹⁹ O que entendemos por saberes locais pensados para essa comunicação, tem por base teórica as argumentações de Clifford Geertz (1997). Sua obra está presente nas referências desta publicação.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

conhecimento prévio e conseguisse reconhecer o Marco sem grandes dificuldades. E mais, não apenas identificar, mas saber das demandas de proteção e preservação que o monumento necessitava. Por isso, na sua conclusão, o tombamento não seria suficiente, mas também a remoção do Marco para a capital potiguar para que ocorresse a preservação e proteção adequada.

E foi por esse motivo que ocorreu grande conflito entre Oswaldo de Souza e sua equipe contra os habitantes locais, pois estes tinham construído toda uma crença sobre o monumento colonial. Como presente na referência do relatório citado acima, o nome direcionado ao marco era: Santo Cruzeiro. Porém, Oswaldo de Souza iniciou suas conversas com os locais para realizar essa operação, Claudio Galvão (1988) escreve o seguinte:

Naquelas povoações de terra de beira de praia, em meio a pescadores, homens simples cuja compreensão não podia ser muito aberta para certos assuntos, Oswaldo iniciou conversas nas esquinas, nas calçadas das vendas, na tentativa de preparar o espírito daquela gente para uma decisão difícil de ser acatada: a permissão de levar 'o santo Marco', a coisa mais importante da região, para a capital do estado. A proposta foi trocar o Marco verdadeiro por uma réplica e mais uma imagem de um santo, à escolha do pessoal. (GALVÃO, 1988, p. 75)

Dialogo estabelecido, proposta formada, porém, acordo longe de ser concretizado. E todo um conjunto de ações seria necessário. Nos relatórios (2019), encontramos Souza contornando caminhos para encontrar apoio na execução de seu trabalho. Um desses foi a procura por lideranças católicas na capital potiguar para estabelecer uma conversa junto à população de Morros [arraial onde o Marco se encontrava] para explicar-lhe que o monumento não se tratava de objeto religioso, porém, histórico. Entretanto, prontamente negaram ajudar argumentando que eles veneravam a cruz de cristo presente no Marco de Touros. Isso porque o monumento tem o emblema do império Português e continha a representação da Cruz de Cristo. Portanto, a ajuda da igreja não foi alcançada.

Oswaldo de Souza nutria a ideia de urgência porque a crença da população estava causando danos ao Marco. Primeiro, quando o encontrou, o monumento

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

estava coberto por faixas de promessas que eram pagas e coladas; segundo, os cidadãos acreditavam na capacidade curativa, dessa maneira, faziam chá com raspas do “santo cruzeiro” para curar os males do corpo (2019). E essas práticas estavam danificando o bem cultural.

A situação se agravou quando:

Certa feita, houve um zunzum entre os moradores de Morros, e chegamos a ser ameaçados de morte, quando alguém, querendo nos indispor com o povo, fez constar que pretendíamos trazê-lo, à força, para Natal, numa das nossas inspeções ao monumento. Em nossa ausência, o povo confabulou e, de imprevisito, arrancou o Marco de sua toska capelinha levando-o para Morros, onde foi fincado no meio da única rua do arraial, rodeado, por uma faxina de varas trançadas, em cujo reduto ficou vários meses. Foi uma luta árdua, fazê-lo retornar ao seu abrigo, na solitária praia dos Marcos, sendo preciso recorrermos ao prestígio de um figurão político da região, que aconselhou o povo a repô-lo na sua capelinha. Nessa ocasião, os moradores de Morros e Cauã, na sua descuidosa ignorância, partiram a pedra na parte inferior. Desde então, os devotos, num fanatismo cada vez maior, acreditavam que a PEDRA SANTA, depois de bipartida, ficara com maiores poderes milagreiros, recrudescendo o uso das chávenas com lascas da pedra, para conforto dos sofrimentos e alívio dos males do corpo. (SOUZA, 2019, p. 30-33)

Depois dessa situação, Claudio Galvão (1988) ainda registra outro conflito motivado por um sargento da Marinha que era da cidade, mas trabalhava em São Paulo e estava no Rio Grande do Norte para pagar uma promessa ao “santo cruzeiro”. Ele motivou a população a resistir e não deixar que o monumento fosse levado para a capital. De acordo com Galvão (1988), essa ocorrência foi depois de Oswaldo de Souza propor colocar uma réplica do Marco na capelinha e os cidadãos terem aceitado e escolhido ainda um santo para também ficar no lugar junto com a réplica. Sendo assim, no dia que Oswaldo de Souza foi buscar o monumento e levar para Natal/RN, foi recebido de maneira hostil e só finalizou o serviço porque estava acompanhado da polícia que por sua vez, estavam armados. Só dessa maneira, conseguiu cumprir sua missão de servidor patrimonial sobre o Marco de Touros.

Essa notícia de que Oswaldo de Souza necessitou de reforço policial também aparece nos arquivos presentes no acervo Noronha Santos/RJ quando registra no

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Inventário do Marco de Touros/RN que “Para retirá-lo, sábado utilizamos, o Sr Oswaldo de Souza teve de levar cinco soldados armados de metralhadoras e fuzis” (Inventário do Marco de Touros/RN, p.4). Logo, até o último momento Souza precisou de auxílios para cumprir seus objetivos patrimoniais.

Desde o encontro com o Marco de Touros até leva-lo ao Forte do Reis Magos em Natal/RN, existiu uma passagem de tempo de aproximadamente 12 anos. Durante esse período foram travados inúmeros diálogos e acreditamos que um aprendizado de ambos os lados. O povo local com um entendimento novo, porém, não imediato, sobre seu tradicional pensamento de lançar fé a um bem Material Histórico e Artístico; e por outro lado, Oswaldo de Souza em saber que seu serviço no Estado potiguar demandaria muito jogo de cintura e fortes diálogos. Compreendemos que essa situação foi um grande laboratório para Oswaldo de Souza em vista que outras situações semelhantes aconteceram durante sua gestão, todavia, nenhuma tomou à proporção que existiu em Touros.

Considerações finais

Partindo da discussão trazida por Simon Schama e dos exemplos utilizados para expor as questões sobre os fluxos de memória, é perceptível que isso ocorreu na situação vivenciada por Oswaldo de Souza. Ele não apenas enfrentou as dunas e um sol escaldante para cumprir sua missão, mas também a credence nutrida por camadas de memória posta uma sobre a outra por longos anos sem, a princípio, receber grande resistência, nem mesmo da igreja católica do Rio Grande do Norte. São situações semelhantes a essas, com objetos que apontavam sua origem para um propósito, porém, estes sobrevivem ao tempo e vão se tornando objetos para outro fim. A Coluna de mármore de Lisboa possuía uma referência a Cruz de Cristo, porém, nos dias de Oswaldo de Souza, ela se tornou mais do que um emblema, transformou-se em motivo de efervescência coletiva para toda uma comunidade que em sua maioria eram pescadores.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

A simplicidade do povo local composta por sua maioria de pescadores ajuda a entender a prática dessa forte veneração que o Monumento Colonial adquiriu. Porém, essa resposta que é nos dada no inventário do Marco de Touros, no relatório de Oswaldo de Souza (2019) e na biografia de Claudio Galvão (1988) não trazem a inquietação do Simon Schama ao refletir que existem práticas de credences semelhantes a uma rocha sedimentar¹²⁰. No caso em destaque, esse recurso teórico-metodológico é bastante elementar e alargador de ideias sobre assunto em discussão.

Ademais, é importante ressaltar que o conceito de fluxo de memória proposto por Simon Schama dialoga com o de espaço mítico do Geógrafo Chinês Yi-Fu Tuan na obra *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiencia* (1983) quando discorre: “O espaço mítico é também uma resposta do sentimento e da imaginação às necessidades humanas fundamentais” (Tuan, 1983, P. 199). Ambos os autores colocam o sujeito como construtores do espaço, participantes ativos dos processos. Os dois autores também concordam que nessa construção a questão do uso da imaginação e dos sentidos são ferramentas essenciais. Deixando de lado um pouco a concepção empírica como instrumento elementar.

Nesse ponto a pesquisa se enquadra mais com os autores. Os moradores de Morros construíram por longos anos sua concepção emocional-religiosa sobre o Marco de Touros que para eles, era realmente algo sobrenatural. Portanto, no caso analisado podemos discutir o quanto é difícil quando diferentes fluxos de memórias se encontram e tentam estabelecer um contanto. Resolver tal situação exigira muito diálogo. E foi exatamente isso que ocorreu no caso supracitado.

¹²⁰ São pedras formadas pela deposição de fragmentos de outras rochas

REFERÊNCIAS

Fontes

AGUIAR, Gualberto. **Oswaldo de Souza: Um menino viu o mundo da arte popular e da música brasileira**. *O POTI*. Natal/RN. 1968. 01 de setembro de 1968. Quinta página.

Bibliografia

CHUVA, Márcia. Por uma História da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 34 p. 147-165, 2012.

_____. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. “Para além da ‘pedra e cal’: por uma concepção ampla de patrimônio”. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. (orgs.) **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ: UNIRIO, 2003, p. 59-79.

_____. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Minc – IPHAN, 2009.

GALVÃO, Claudio Augusto Pinto. **Oswaldo de Souza; o canto do Nordeste**. Rio de Janeiro: FUNARTE, Instituto Nacional de Música, projeto Memória Musical Brasileira, 1988.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Tradução: Vera Mello Joscelyne. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

Memória Viva. Oriano de Almeida e Oswaldo de Souza/ Coordenação Carlos Lyra; entrevistadores: Carlos Lyra, Alvarado Furtado, Vicente Serejo. Natal: EDUFRN, 1998.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Serie inventário. Touros/RN Marco Quinhentista. CX 0559 PT02 E11

SOUZA, Oswaldo Câmara de. **Acervo histórico e artístico do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 2019.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade